



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000433459

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Competência Cível nº 0009712-43.2025.8.26.0000, da Comarca de Taubaté, em que é suscitante MM JUIZ DE DIREITO VARA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE TAUBATÉ, é suscitado MM JUIZ DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE TAUBATÉ.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Conheceram do conflito negativo e deram provimento para declarar a competência do Juízo suscitado. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores BERETTA DA SILVEIRA (VICE PRESIDENTE) (Presidente), VICO MAÑAS (DECANO) E TORRES DE CARVALHO(PRES. SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO).

São Paulo, 5 de maio de 2025.

BERETTA DA SILVEIRA (VICE PRESIDENTE)

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 125.823

Conflito de Competência nº 0009712-43.2025.8.26.0000

COMARCA: Taubaté

Interessados: (i) L. H. M. I. e (ii) B. B. S/A

Suscitante: MM. Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Taubaté

Suscitado: MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté

***CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.
AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C.
REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COMPETÊNCIA
FIXADA NO JUÍZO COMUM.***

I. Caso em Exame

Conflito negativo de competência entre o Juízo do Juizado Especial Cível e Criminal e o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté, nos autos de Ação de Obrigação de Fazer c.c. Repetição de Indébito, com valor da causa de R\$ 10.277,49.

II. Questão em Discussão

A questão em discussão consiste em determinar a competência para processar e julgar a ação, considerando a escolha inicial do autor pelo Juízo Comum e a posterior remessa ao Juizado Especial.

III. Razões de Decidir

A competência é determinada no momento da distribuição da ação, conforme o artigo 43 do CPC, sendo irrelevantes modificações posteriores.

O princípio da "perpetuatio jurisdictionis" estabiliza a competência, impedindo redirecionamentos após a distribuição inicial.

IV. Dispositivo e Tese

Conflito julgado procedente, fixando a competência no MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté. Tese de julgamento: 1. A competência é definida no momento da distribuição da ação. 2. A opção do autor pela Justiça Comum é irrevogável após a distribuição.

Legislação Citada:

CPC, art. 43.

Lei nº 9.099/1995, art. 3º.

Jurisprudência Citada:

TJSP, Conflito de competência cível 0034703-88.2022.8.26.0000; Rel. Xavier de Aquino, Câmara Especial, j. 15/02/2023.

TJSP, Conflito de competência cível 0034682-15.2022.8.26.0000; Rel. Wanderley José Federighi, Câmara Especial, j. 08/11/2022.

TJSP, Conflito de competência cível 0005560-83.2024.8.26.0000; Rel. Beretta da Silveira, Câmara Especial, j. 08/03/2024.

Cuida-se de **conflito negativo de competência** suscitado pelo **MM. Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Taubaté** em face do **MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté**, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c. c. Repetição de Indébito nº 1001661- 91.2025.8.26.0625, ajuizada por L. H. M. I., pessoa física, em face de BANCO BMG S/A, pessoa jurídica de direito privado.

Expôs se tratar “*de ação de obrigação de fazer cumulada com repetição do indébito distribuída originalmente à 3ª Vara Cível da comarca de Taubaté. Indeferido o pedido de gratuidade judiciária e intimado para comprovar a recolher a taxa judiciária (fls. 79/80), o autor requereu a redistribuição do processo para este Juízo (fl. 83), o que foi acolhido pelo MM. Juiz suscitado, que determinou a redistribuição do processo (fl. 147).*” (fl. 151 da origem). Defendeu que “*autor endereçou a presente ação a uma das Varas Cíveis desta comarca. Neste momento, portanto, já se mostra evidente a manifestação de vontade da parte autora de ver seu pleito sob julgamento do Juízo Comum.*” (fl. 151 da origem). Argumentou que, “[*c*]om a distribuição da demanda fixou-se a competência

daquele juízo, como disciplina o artigo 43 do Código de Processo Civil, prevalecendo, pois, o princípio da perpetuatio jurisdictionis.” (fl. 151 da origem). No ponto, ressaltou que, “[o]lvidando-se da opção que é concedida ao jurisdicionado pela própria Lei 9.099/95, segundo seu interesse e conveniência (art. 3º, §3º), aquele Juízo determinou ao autor a comprovação de sua incapacidade financeira/recolhimento das custas, oportunidade em que o requerente, sem cumprir o quanto determinado, limitou-se a pleitear a redistribuição do feito, no que foi atendido. Não poderia o Magistrado acolher o pedido superveniente do autor e remeter os autos ao Juizado especial, suprimindo a manifestação da vontade inicial da parte (Justiça Comum).” (fls. 151/152 da origem). Afirmou que, “[f]eita a opção pelo juízo comum, incabível a remessa dos autos para este Juizado a despeito da vontade manifestada pelo autor, pois irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, tal como reza o artigo 43 do CPC. Também ausentes qualquer das exceções previstas no referido dispositivo (supressão de órgão judiciário ou alteração de competência absoluta).” (fl. 152 da origem). Aduziu que, “tratando-se de ação de obrigação de fazer, poderia o autor propor a ação perante este Juizado. No entanto, ao distribuir a ação, a parte optou expressamente pelo processamento junto ao Juízo de Direito da Vara Cível.” (fl. 152 da origem). Por fim, apontou jurisprudências desta C. Câmara Especial.

Processado o conflito de competência, foi designado o MM. Juízo suscitado (MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté) para apreciar as medidas urgentes (fls. 160/162).

Ausentes as hipóteses de intervenção do Ministério Público no processo originário (artigo 951, parágrafo único, do Código de Processo Civil), os autos não foram remetidos à douta Procuradoria-Geral de

Justiça para parecer.

É O RELATÓRIO.

Está configurado o conflito negativo de competência, pois ambos os Juízos se consideraram incompetentes para processar e julgar a ação, nos termos do artigo 66, inciso II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c. c. Repetição de Indébito ajuizada por L. H. M. I., pessoa física, em face de BANCO BMG S/A, pessoa jurídica de direito privado, com valor da causa de R\$ 10.277,49 (dez mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) (fls. 01/08 da origem).

A ação foi distribuída ao MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté que, após decisão judicial que nega a gratuidade da justiça e determina recolhimento de taxa judiciária (fls. 79/80 da origem), e por pedido do autor (fl. 83 da origem), determinou a remessa para a Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Taubaté (decisão fl. 147 da origem).

Redistribuídos os autos, o MM. Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Taubaté (JEC) suscitou o presente conflito de competência (fls. 150/155 da origem).

Razão assiste ao MM. Juízo suscitante.

Com efeito, o processamento da ação perante o

Juizado Especial Estadual (JEC) é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum. No caso, embora pudesse ter proposto a ação no Juizado Especial, já que o valor atribuído à causa não supera o limite estabelecido pelo artigo 3º, da Lei nº 9.099/1995, optou o autor pela propositura perante o Juízo Comum.

Assim, incide à hipótese a regra contida no artigo 43 do Código de Processo Civil, que dispõe: *“Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta”*.

O dispositivo em comento consagra o princípio da *“perpetuatio jurisdictionis”*, cujo escopo é a estabilização da competência, evitando-se com isso o redirecionamento do feito após seu registro ou distribuição em razão de modificações de fato ou de direito, impedindo, igualmente, burla ao Juiz natural.

Desta feita, a opção do autor ocorreu no momento da propositura da demanda e, uma vez distribuída a ação para o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté, ocorreu a perpetuação da jurisdição, não sendo permitido ao julgador encaminhar o feito para o Juizado Especial.

Ademais, a impossibilidade de recolhimento de custas processuais não é meio hábil para alterar a competência anteriormente fixada.

Logo, deve a competência ser fixada no MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté, dada a opção do autor pelo ajuizamento da ação perante o Juízo Comum.

Nesse sentido, precedentes desta C. Câmara Especial:

“CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COMPETÊNCIA FIXADA NO JUÍZO COMUM. I. Caso em exame Conflito negativo de competência suscitado entre o MM. Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível e o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Mogi Guaçu. Ação declaratória ajuizada por R. M. E. em face do BANCO BMG S/A, com valor de R\$ 10.209,72. Autor pleiteou justiça gratuita e condenação em custas e honorários, optando pela distribuição na Vara Cível, apesar de poder ajuizar no Juizado Especial. II. Questão em discussão Configuração do conflito negativo de competência, uma vez que ambos os Juízos se consideraram incompetentes. A escolha do autor pelo Juízo Comum no momento do ajuizamento da ação. III. Razões de decidir A competência é determinada no momento da distribuição, conforme artigo 43 do CPC. O princípio da "perpetuatio jurisdictionis" estabiliza a competência, evitando redirecionamentos indevidos. A opção do autor pela Vara Cível foi clara e irreversível, não podendo ser alterada por questões de custas. IV. Dispositivo e tese Conflito julgado procedente, fixando a competência no MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Mogi Guaçu. Tese de julgamento: "1. A competência é definida no momento da distribuição da ação. 2. A opção do autor pela Justiça Comum é irrevogável após a distribuição". Legislação e Jurisprudência Relevantes Citadas: Legislação CPC, art. 43. Lei nº

9.099/1995, art. 3º. *Jurisprudência TJSP, Conflito de competência cível 0034703-88.2022.8.26.0000; Rel. Xavier de Aquino, Câmara Especial, j. 15/02/2023. TJSP, Conflito de competência cível 0034682-15.2022.8.26.0000; Rel. Wanderley José Federighi, Câmara Especial, j. 08/11/2022. TJSP, Conflito de competência cível 0005560-83.2024.8.26.0000; Rel. Beretta da Silveira, Câmara Especial, j. 08/03/2024.*” (TJSP; Conflito de competência cível 0040241-79.2024.8.26.0000; Relator (a): **Beretta da Silveira** (Vice-presidente); Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro de Mogi Guaçu - Vara do Juizado Especial Cível; Data do Julgamento: 16/12/2024; Data de Registro: 16/12/2024).

“*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Ação de indenização por danos morais e materiais - Distribuição livre ao Juízo da 9ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro - Juízo que, diante da possibilidade da parte pretender litigar com isenção de custas, taxas e despesas, determinou a redistribuição dos autos à Vara do Juizado Especial Cível local - Desacerto da medida - Opção do autor pelo ajuizamento na Vara Comum que é exercida no instante do aforamento da ação Inteligência do artigo 43 do Código de Processo Civil - Conflito julgado procedente Precedentes desta Câmara Especial - Competência do Juízo da 9ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, ora suscitado*” (TJSP; Conflito de competência cível 0034703-88.2022.8.26.0000; Relator (a): **Xavier de Aquino** (Decano); Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro Regional II - Santo Amaro - 1ª Vara do Juizado Especial Cível; Data do Julgamento: 15/02/2023; Data de Registro: 15/02/2023).

“*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - Ação de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais distribuída originariamente ao Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional de*

Santo Amaro Ulterior remessa dos autos ao Juízo da 1ª Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional de Santo Amaro, após requerimento formulado pela parte autora - Impossibilidade Fixação da competência que ocorre no momento de distribuição do feito Princípio da perpetuatio jurisdictionis Incidência do disposto no artigo 43 do CPC Distribuição inicial que não se mostrou equivocada, ademais - Precedentes Procedente o conflito - Competente o MM. Juízo Suscitado” (TJSP; Conflito de competência cível 0034682-15.2022.8.26.0000; Relator (a): **Wanderley José Federighi** (Pres. Da Seção de Direito Público); Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro Regional II - Santo Amaro - 1ª Vara do Juizado Especial Cível; Data do Julgamento: 08/11/2022; Data de Registro: 09/11/2022).

“CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. Ação de Danos Morais c. c. Inexistência de Indébitos, distribuída na 4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana. Remessa para a Vara do Juizado Especial Cível local, a pedido do autor, após decisão judicial para apresentação de documentação hábil à comprovação de que fazia jus à gratuidade da justiça. Impossibilidade. Ocorrência da 'perpetuatio jurisdictionis'. Opção do autor pelo juízo comum que se deu no momento da propositura da ação. Precedentes. Competência do Juiz suscitado da 4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana.” (TJSP; Conflito de competência cível 0005560-83.2024.8.26.0000; Relator (a): **Beretta da Silveira** (Vice-presidente); Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro Regional I - Santana - 2ª Vara do Juizado Especial Cível; Data do Julgamento: 08/03/2024; Data de Registro: 08/03/2024).

Ante o exposto, **CONHEÇO DO CONFLITO NEGATIVO** para declarar a competência do **MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Taubaté**, suscitado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BERETTA DA SILVEIRA
Vice-Presidente